



Mandato 2021-2025

Ata n.º 8/2022

Sessão Extraordinária de 23 de maio de 2022

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e três minutos, na Sala da Assembleia Municipal – Edif.º Eng.º Duarte Pacheco, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:

da Assembleia), Joana Guerreiro da Conceição (1ª secretária), Fernando Pereira Margues (2º secretário), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Adriana Cavaco Guerreiro (em substituição de Carlos Manuel Pontes Costa), Manuel Vitorino Inácio (em substituição de Vítor Cristiano da Piedade Ferreira), Adriano Costa Cabrita (em substituição em Pedro de Morais Lobo Martins Julião), Elisabeta Ecaterina Necker, Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, Fábio Miguel Cortes Nobre (em substituição de João Pedro Medeira Cabrita), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nuno Tiago Sousa Trindade (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Ana Margarida Mendes (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Hugo André da Conceição Martins (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----





2 Deputadas Municipais do Partido Chega- Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro e Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro;
1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;
1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;
1 Deputada Municipal da CDU- Carla Sofia Osório Gomes;
1 Deputada Municipal do PAN- Ana Luísa Poeta Simões;
Estiveram presentes o Presidente da Câmara , Vítor Aleixo, a Vice Presidente Ana Machado e os Vereadores, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Cláudio Lima (em substituição de Rui Cristina), João Paulo Sousa e Fernando Santos
Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o Presidente da Assembleia Municipal , deu início à Sessão, começando por cumprimentar todos os presentes e aos que nos acompanham pelo sistema audiovisual, canal Youtube, referindo de seguida pela leitura da convocatória desta sessão, a ordem de trabalhos:
1- Intervenção do Público; 2- Período de Antes da Ordem do Dia;
a i dilada da filida da aldalli da aldi,

- 2- Período de Antes da Ordem do Dia Aprovação de Atas.
- 3- Período da Ordem do Dia;
- a) Proposta da Câmara Municipal n.º 1210-2022 [DACP]- Deliberação relativa à Autorização do Concurso Público para a Contratação da Concessão de exploração do Café Calcinha, sito na Praça da República;
- b) Proposta da Câmara Municipal n.º 952-2022 [DA]- Deliberação relativa à Proposta de Submissão à Assembleia Municipal da Classificação da Reserva Natural Local da Foz do ALMARGEM e do TRAFAL, aprovada em reunião de Câmara de 7 de fevereiro de 2022. Adenda à Proposta n.º 327-2022 ("Aprovar a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local da Foz do ALMARGEM e do TRAFAL e o início do procedimento para a elaboração do seu Regulamento de Gestão");





- c)- Proposta da Câmara Municipal n.º 714-2022 [DA]- Deliberação relativa à Aprovação do Regulamento da Reserva Natural Local da Foz do ALMARGEM e do TRAFAL Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local (RNL) Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal;
- d)- Proposta da Câmara Municipal n.º 951-2022 [DELCT]- Deliberação relativa à Adesão do Município de Loulé à APTCVC Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, no valor de 800,00€ (oitocentos euros) Associação sem fins lucrativos composta por 19 Municípios Portugueses e outras entidades que englobam os principais centros cerâmicos do País;
- e) Proposta da Câmara Municipal n.º 416-2022 [GAF]- Deliberação relativa à Aprovação da Alteração ao Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Quarteira, operada pelo n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto;

f) - Nomeação de 4 cidadãos para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Loulé (CPCJ);
1- Intervenção do Público;
O Presidente informou que neste período não havia inscrições do publico, não deixando de perguntar ao publico presente se alguém pretendia usar da palavra. Não tendo havido manifestações nesse sentido, passou de imediato à solicitação da verificação de presenças dos senhores Deputados pela 1ª Secretária Joana Conceição ;
A 1ª Secretária, Joana Conceição, que procedeu à chamada dos Deputados Municipais, tendo confirmado pela resposta a presença de 36 Deputados
2- Período de Antes da Ordem do Dia; Aprovação de Atas
Foram postas à votação as Atas n.º 1-2022 e n.º 2-2022
Passou-se à votação;
A Ata n.º 1 (Sessão Ordinária- 7 fevereiro 2022) foi aprovada por unanimidade; A Ata n.º 2 (Sessão Extraordinária- 16 fevereiro 2022) foi aprovada por unanimidade; unanimidade;

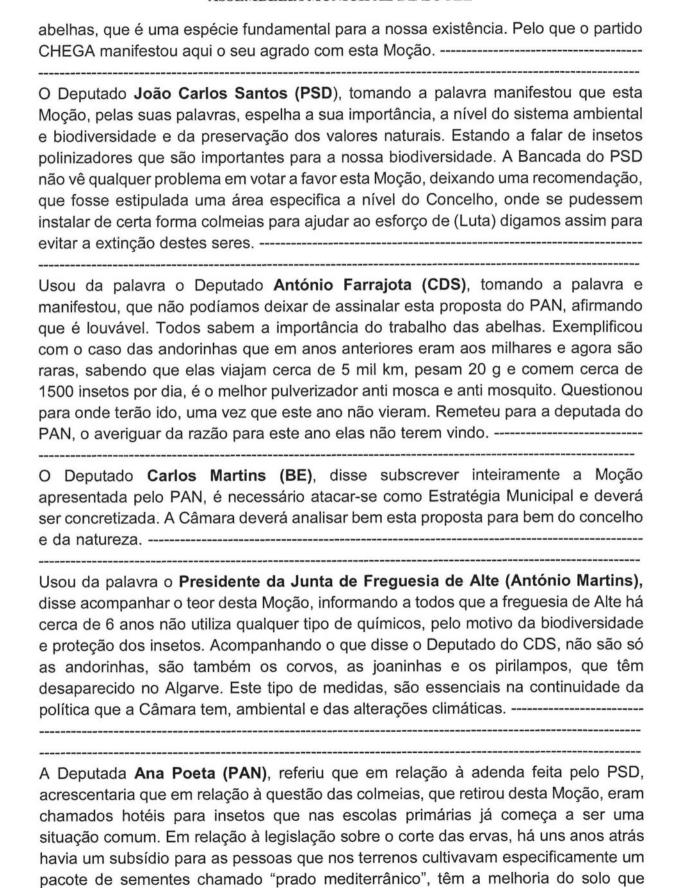




O Presidente da Assembleia, informou que relativamente ao expediente recebido na Assembleia, com relevo para informar a Assembleia Municipal, foi recebida da Assembleia de Freguesia de São Clemente, a informação da aprovação po unanimidade, de uma Moção pelo Novo Hospital do Algarve, que foi por si lida e que se anexa a esta Ata. Relativamente a uma solicitação do senhor Deputado Carlos Martins do BE, relativamente à consulta de processos da construção do ALDI, a Câmara Municipal, facultou os números dos processos e disponibilizou o acesso aos mesmos, tendo o senhor Deputado consultado os respetivos processos. Foi recebido também ontem por parte do Partido Comunista Português, a informação de que tinha apresentado na Assembleia da República, uma proposta relativa ao Orçamento de Estado, na qual continha um conjunto de medidas, relativas à melhoria desse mesmo Orçamento, no que respeita ao relacionamento com as Autarquias. Que será enviada amanhã aos Deputados
Passou-se ao ponto seguinte;
Moção do PAN "Criação de uma Estratégia Municipal para a proteção de abelhas e insetos polinizadores" (n.1); A leitura do documento foi feita pela Deputada Ana Poeta (PAN) (documento anexo à Ata)
Para uma intervenção, usou da palavra o Deputado, Abel Matinhos (PS), que manifestou que a Moção apresentada pela deputada do PAN é de extrema importância para o desenvolvimento e para a manutenção das sociedades humanas sugerindo a inserção de dois pontos que a bancada do PS acha que são importantes A defesa também de uma estratégia nacional neste sentido e também no final da também conhecimento ao Ministério do Ambiente.
A Deputada, Ana Poeta (PAN) , tomando a palavra confirmou o acolhimento da proposta apresentada pela Bancada do Partido Socialista.
O Deputado Nuno Trindade (PS) , tomando a palavra, disse que este assunto devia
ser bem estudado e aprofundado. Sugeriu também que se o Executivo concordasse que em Boliqueime estão dispostos a ajudar e a colaborar nesta ação visto que território é grande, a freguesia e grande e como tem uma vasta área de vegetação bem exposta junto a uma ribeira. Estariam despostos e disponíveis para colaborar.











permitem fertilidade referente ao mesmo, porque não são as tais ervas nefastas que por lei têm de ser cortadas
Passou-se à votação; (com as alterações sugeridas pelo PS e a adenda do PSD);
Foi aprovada por unanimidade
Passou-se ao ponto seguinte;
Recomendação do PAN "Por uma transição para fogos de artifício silenciosos" (n.2); A leitura do documento foi feita pela Deputada Ana Poeta (PAN) (documento anexo à Ata)
Usou da palavra a Deputada Cláudia Mendes (PSD), referindo que apenas queria complementar esta Recomendação agora aprovada, no 1º ponto, para ficar esclarecido, que além dos problemas elencados nesta Recomendação, que "também há uma poluição atmosférica, ocorrendo na deterioração da qualidade do ar, levando estes fogos de artifício a elevadas concentrações de poluentes gasosos, como foi indicado o dióxido de enxofre e óxido de nitrogénio". Referiu também que na alínea h), não é só a cidade da província de Parma, mas "também em Bristol, na Inglaterra, também foi proibido".
Foi dada a palavra à Deputada Carla Gomes (CDU), dizendo que em relação a esta Recomendação do PAN, é uma realidade que os fogos de artifício são uma tradição muito portuguesa, utilizada nas celebrações, fazendo todos estes argumentos, todo o sentido, devendo ser necessário adotar novas medidas para que se possa fazer as festividades, protegendo o ambiente e a poluição sonora
Interveio o Deputado Carlos Martins (BE) , que disse que, quem tem animais de estimação, como é o seu caso, cães, sabe muito bem dar o valor e sentir, estas noites de foguetes, existem animais que são muito sensíveis a isto, desaparecem e outros
quase se matam





construção, por exemplo, pode demorar anos e o uso de martelos hidráulicos, não contempla o impacto que esse mesmo ruído possa ter para a saúde pública
Passou-se à votação;
Foi aprovada por unanimidade
O Deputado Carlos Martins (BE), disse que posteriormente enviaria a Declaração de Voto por escrito.
Passou-se ao ponto seguinte;
Voto de Congratulação do PSD "Pela conquista do Campeonato Nacional da II Divisão e regresso à I Divisão Nacional" (n.3); A leitura do documento foi feita pelo Deputado Helder Faísca (PSD) (documento anexo à Ata)
Para uma intervenção usou da palavra o Deputado José Miguel Monteiro (PS) , que disse ser fácil falar sobre esta matéria, uma vez que vê no mínimo 3 pessoas ligadas ao Clube, sendo um dos quais Campeão Nacional, há umas décadas. A Bancada do PS, associa-se a este Voto de Congratulação e envia os parabéns ao Rugby Clube de Loulé, pelo feito alcançado, juntou o título de Campeão Nacional assim como o regresso à I Divisão. Este ano o Rugby Clube de Loulé, completa 40 anos de existência. Enalteceu o mérito feito no Clube, trabalha-se muito. É um clube inclusivo, acolhe muita comunidade estrangeira que vem viver no concelho e na região, principalmente nos escalões mais novos, tendo um papel fundamental. É um clube que une famílias, que vivem o clube. Tem uma forte componente para a formação cívica, que defende valores de uma forma acérrima. Terminou dizendo que bom seria se pudessem todos acompanhar o trabalho deste Clube e que a Bancada do PS, apoia este Voto de Congratulação, que sirva de exemplo para todas as agremiações
O Deputado Carlos Martins (BE), disse concordar inteiramente com o Voto de Congratulação, o Rugby Clube de Loulé, está de parabéns, Loulé e os louletanos também, pela conquista do campeonato e pelo regresso à I Divisão Nacional. O BE considera que o Voto de Congratulação, deve ser extensivo aos técnicos da equipe e associados. Com a subida de Divisão, as responsabilidades e despesas serão muito maiores, pelo que justifica a revisão do Contrato-Programa, ajustando-o à nova realidade e disse estar convencido que o Executivo irá agir em conformidade
Passou-se à votação:

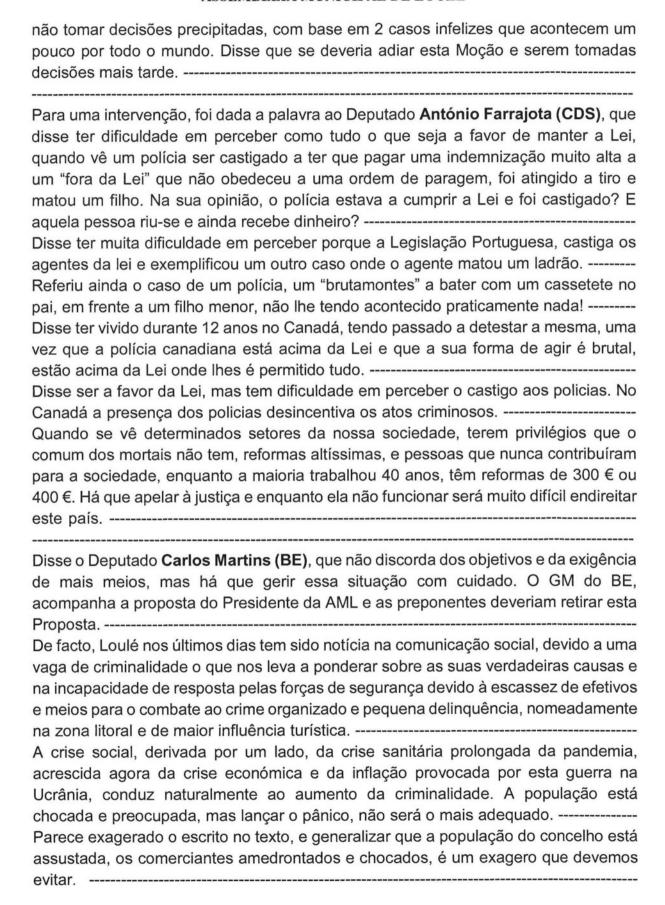




Foi aprovado por unanimidade
Passou-se ao ponto seguinte;
Recomendação do CHEGA "Para o reforço de meios materiais e humanos das forças policiais do Município de Loulé, com vista ao reforço de segurança" (n.º4); A leitura do documento foi feita pela Deputada Sandra Ribeiro (CHEGA) (documento anexo à Ata)
Fez um comentário a esta Recomendação, o Presidente da Assembleia , dizendo que grande parte da sua vida tinha sido passada no âmbito do desempenho de missões na área da segurança e do Concelho. As questões da segurança são muito melindrosas, têm de ser vistas com muito rigor e muita ponderação. Disse ter falado com o Comandante Territorial de Faro, tendo o mesmo disponibilizado a sua vinda a esta Assembleia e fazer a apresentação do ponto de situação da segurança, não só do concelho, mas em termos gerais do Algarve, no enquadramento genérico.————Este assunto será levado a Comissão Permanente e depois trazido à sessão ordinária de junho. ————————————————————————————————————
Foi cedida a palavra à senhora Deputada Maria Esteves (PS) , que disse considerando o que foi dito pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e não existindo Polícia Municipal, o PS, neste momento e neste contexto, irá votar contra esta Recomendação.
Fez uma intervenção o Deputado João Carlos Santos (PSD) , dizendo que relativamente a esta Moção apresentada pelo Partido CHEGA, o GM do PSD, entende que houve aqui um elemento, que pode dar outra solução para esta matéria. A segurança é uma matéria sensível e esta sugestão agora colocada pelo Presidente à Assembleia, parece ser uma solução mais consensual. –Solicitou ao Partido CHEGA, que retirasse esta Recomendação, para que se fizesse este trabalho ao nível da Comissão Permanente e trazer à Assembleia para elucidar a todos sobre a questão da segurança. ————————————————————————————————————
O Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins), disse que as questões da segurança são sensíveis devendo as mesmas serem tratadas com muito cuidado. A Segurança requer muita atenção e relembrou que o último Relatório sobre segurança mundial, Portugal foi classificado como o 4º país mais seguro do mundo! Á frente estão a Nova Zelândia, a Islândia e a DinamarcaDisse ser prudente esperar pela apresentação do senhor Comandante, sobre o que ele nos irá dizer e









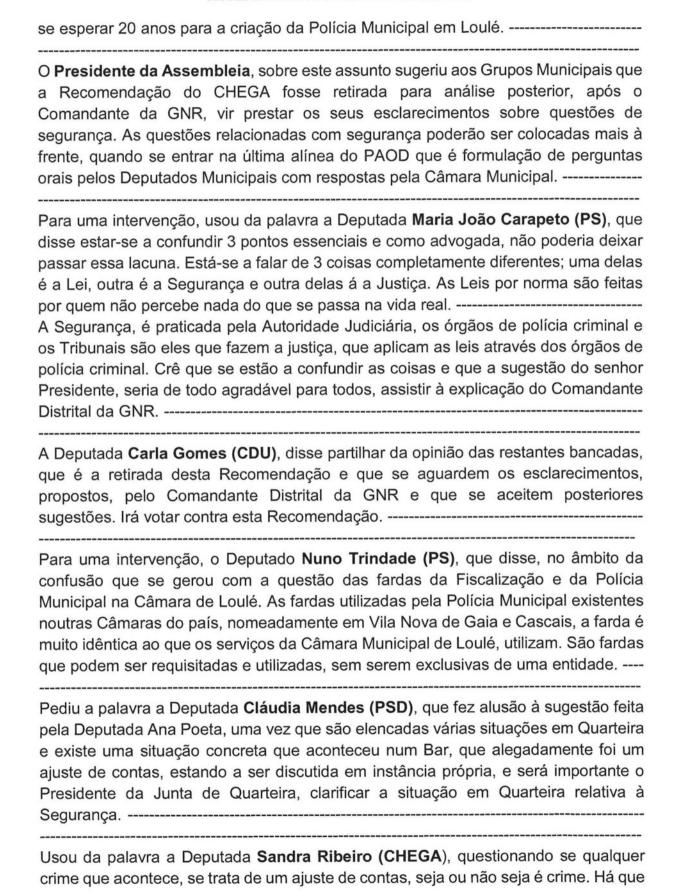


O BE tem a perfeita noção de que vivemos num município seguro, tendo essa garantia sido transmitida pelas forças de segurança, não dispensando a exigência por parte da Câmara e do Ministério da Administração Interna, por reforço de meios e agentes para cobrir as faltas existentes e por tudo isto apresentado, o BE não poderá votar a favor desta Recomendação.
O GM do PS cedeu 1 minuta à Bancada do PAN
A Deputada Ana Poeta (PAN) , disse sentir que para falar de segurança é necessário ter alguns conhecimentos de base, que não tem para se sentir confortável para discutir já sobre o mesmo. Sugeriu que a Recomendação, fosse adiada para posteriormente ser discutida depois dos esclarecimentos
Sobre a Recomendação, disse que quem está em casa pode pensar que Quarteira está transformada num faroeste. Disse gostar de ouvir o Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, porque quem está em casa a assistir a esta sessão, pode se calhar achar e ficar com uma perspetiva um bocado negra de Quarteira
Para uma intervenção, o Deputado João Ferreira (PSD) , reforçou a ideia de que acolher a iniciativa de trazer o Comando Distrital para falar da questão da segurança, para se poder perceber mais sobre a matéria. Disse não perceber como se vai fazendo leis e para a criminalidade o polícia é punido, porque a Lei está a proteger "a bandidagem" e não os policias. Terminou dizendo que a Recomendação deveria ser retirada, podendo posteriormente vir mais bem formalizada após a explanação
A Deputada Sandra Ribeiro (CHEGA) , disse ter uma dúvida se Loulé tem ou não Polícia Municipal, ao que o Presidente da Assembleia , respondeu que Loulé não tem Polícia Municipal. A Deputada disse ainda ter visto no mercado de Quarteira, elementos fardados, que faria prever que seriam da Policia Municipal
Para esclarecimentos à Assembleia Municipal, usou da palavra o Vereador Carlos Carmo , disse que os funcionários da LC Global que fazem a fiscalização do estacionamento de duração limitada e que usam uma farda que pode subentender que seja da Polícia Municipal, também existem vigilantes da Proteção do Património que estão na entrada dos edifícios e que fazem vigilância em eventos, não tem Polícia Municipal. Mais informou que neste momento está-se a trabalhar para a sua concretização, foi aprovada superiormente em Conselho de Ministros em 2001 e está a ser trabalhado no sentido de efetivar a sua implementação
A Deputada Sandra Ribeiro (CHEGA), agradeceu o esclarecimento prestado e

efetivou que se está à espera desde 2002 até 2022, e questionou qual a razão para



May







nosso concelho
Para uma intervenção o Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto), começou por dizer que não é Comandante da Polícia, embora tenha a vontado de termos mais segurança. A vontade de termos mais segurança não invalida o facto de sermos um destino seguro, sendo o Algarve conhecido pela sua segurança. As situações ocorridas são um alarme, tendo a Câmara decidido partir para a Polícia Municipal, embora a GNR tenha outras ações que ficam fora desse âmbito. A Câmara tomando a iniciativa da Polícia Municipal, sendo importante a forma como a questão é reivindicada. Aconteceram situações que considera pontuais, mas relativamente o que acontece noutros locais, não é ao nível do que acontece noutras zonas do país mas não tornar isto numa situação de alarme.
O Presidente da Assembleia , disse que tinha reparado na Recomendação do CHEGA, que difere das outras, não é posto nos destinatários dar conhecimento a Comunicação Social. Disse ainda que esta Recomendação tem o apelo de todas as bancadas para que seja analisado à <i>posteriori</i>
Foi dada a palavra à Deputada Sandra Castro (CHEGA) , esclarecendo que a intenção da Recomendação, não foi de todo alarmar, mas sim que o Algarve e o município de Loulé, continuem a ser o paraíso que sempre foram. O Algarve en termos de criminalidade é uma zona que podemos enaltecer, comparativamente con muitos outros sítios. Mas começam a acontecer episódios de violência e antes que a situação escale e deixe de ser o paraíso que sempre foi. Referiu também que na Marina de Vilamoura existe tráfico de droga e há que ter isso em atenção. O CHEGA tem plena noção que vivemos num paraíso em termos de segurança, mas já começam a haver alguns episódios que não deviam de existir, razão pela qual o CHEGA apresentou esta Moção.
O Deputado João Carlos Santos (PSD) , disse que em relação à Polícia Municipal por volta de novembro de 2020, Quarteira passou por uma fase em que houve pequenos delitos a ocorrer com alguma frequência e uma onda de vandalismo. Na altura propusemos que a CML pudesse levar a cabo a implementação da Polícia Municipal. Esse processo encontra-se numa fase bastante avançada, motivo pelo que o GM PSD fica bastante contente.
Disse ainda que seria importante, que o Partido CHEGA ponderasse retirar a Recomendação, ouvir o Comandante Distrital da GNR e trazer nova Recomendação com conteúdo mais aprazível, que seja conciliador, e não um reportório da acontecimentos que aconteceram em contextos diferentes, que dão a entender que Quarteira é uma zona de guerra.

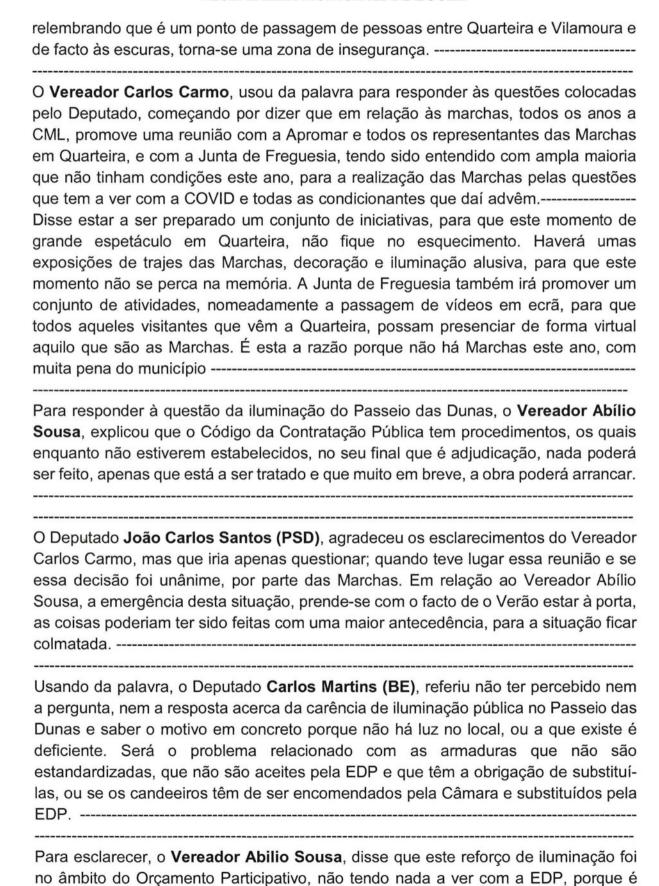




Para uma breve intervenção a Deputada Sandra Ribeiro (CHEGA) , disse concordar com a opinião das Bancadas e que irá retirar a Recomendação e aguardar a vinda do Comandante da GNR de Faro. Disse ainda que o CHEGA trouxe aqui este documento porque ele é de extrema importância.
O Presidente da Assembleia, informou que, quer as Moções relativas para a "Criação e atribuição de bolsas de mérito e excelência para os alunos dos Agrupamentos de Escolas do Concelho (Público e Privado)" e a "Realização de rastreio anual à diabetes nas escolas do Concelho", passarão para a próxima sessão ordinária.
Passou-se ao ponto seguinte;
Apreciação de assuntos de interesse do município ou formulação de perguntas orais pelos Deputados à Câmara Municipal com respostas orais;
Pediu a palavra o Deputado Carlos Martins (BE) , para questionar o Executivo sobre a situação do abastecimento de água à Cortelha e a má qualidade da água que se verifica na rede, imprópria para consumo e de cor acastanhada. Qual a situação concreta que leva a que aquela água, esteja como está e quando pensa a Câmara Municipal resolver a situação.
Respondeu o Vereador Abilio Sousa , que a situação não é fácil de resolver, está-se a tentar resolver com a abertura de mais um furo, porque o problema é mesmo o abastecimento de água na Cortelha. O problema da água escura é um problema transversal a todo o interior, uma vez que não é abastecido pelas Águas do Algarve, sempre que há um problema no sistema de bombagem ou falta de água, as impurezas vêm ao de cima na parte dos depósitos e acontece esta situação, o mesmo acontecendo em Salir e Alte. ————————————————————————————————————
O Deputado João Carlos Santos (PSD) , tendo a palavra, colocou questões à Câmara Municipal, uma relativa às Marchas de Quarteira, que são um grande cartaz cultural da cidade de Quarteira, não havendo este ano novamente e o que pensa o Executivo fazer, para colmatar esta atividade festiva para continuar a ter a cidade a sua atratividade.
Relativamente ao Passeio das Dunas, questionou, para quando luz naquele local,











iluminação LED, de painel solar, autónoma, que não é fornecida pela EDP e foi reforçado e foi validada. Teve que ser feito o projeto, lançado o concurso e depois adjudicado o concurso e só por fim a execução da obra.
Para esclarecimentos, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto) , no que respeita às Marchas, não consegue dizer a data concreta da reunião, mas que foi residual o número de pessoas que disse que não queria, tendo sido frisado que bastava um caso do COVID no grupo, para 3 ou 4 elementos ficarem de fora e deitar-se fora um trabalho desta natureza. Será feita uma mostra com trajes de anos anteriores, serão distribuídos manjericos, serão feitos bailes em 3 ruas de Quarteira, enfeitar as ruas, e mais iluminação no Calçadão
Sobre o Passeio das Dunas, quando a Junta de Freguesia tomou posse, detetou o problema da iluminação. O processo de gestão é feito entre a CML e a EDP, que altera tudo o que tiver que fazer. Neste caso o maior problema mesmo é a falta de iluminação e quando se tomou a decisão, através do Orçamento participativo, é que se fez para reforçar o que lá existe. O assunto está em cima da mesa e vai avançar
O Vereador Carlos Carmo, respondeu que a reunião com a organização das Marchas, teve lugar no dia 17 de fevereiro e a decisão foi tomada por larga maioria
Passou-se ao ponto seguinte;
3- Período da Ordem do Dia;
a) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1210-2022 [DACP]- Deliberação relativa à Autorização do Concurso Público para a Contratação da Concessão de exploração do Café Calcinha, sito na Praça da República;
Para a introdução da Proposta, usou da palavra o Presidente da Câmara , que disse antes dar uma informação relativa à Moção do Partido CHEGA, sobre Segurança, que hoje, o Ministro da Administração Interna contactou-o no sentido de ser feita uma reunião com o propósito de dar a conhecer esses casos de violência no Algarve que
deve preocupar a todos





O Deputado Carlos Martins (BE), disse querer questionar o executivo, sobre algumas dúvidas suscitadas. O GM do BE congratula-se pela abertura deste Concurso para o Café Calcinha sendo um café que faz parte dos cafés históricos com cultura da nossa sociedade. Em 25m de junho 2021, foi guestionado porque é que ele estava fechado, entretanto já se passou quase 1 ano e ele continua fechado. A resposta foi que iria para obras e que brevemente estaria ao serviço da comunidade. Dos termos do Contrato de Concessão, o prazo inicial são 3 anos, o preço base 27.000 € acrescidos de IVA e o café estará aberto de Terça a Domingo, não sendo o horário consensual. Não vêm mencionados os poderes da Comissão de Acompanhamento, que na sua opinião apenas serviu para "embelezar" o concurso, mas não deu em nada e não se sabe porque é que a Concessão acabou. A renda é à volta de 922 € por mês, mais eletricidade e água, e este contrato tem obrigações, em que o concessionário é obrigado a apresentar um cartaz anual cultural com eventos. Se se mantiver este tipo de exigências contratuais, vai ser um fracasso e ninguém irá responder de certeza absoluta. Disse que é necessário arranjar condições para que o café seja aberto. ----A Câmara irá manter os requisitos do anterior contrato ou irá ponderar sobre isso?----A Câmara precisa de mais uma Comissão de Acompanhamento para a gestão de um café? ------

O **Presidente da Câmara**, referiu que este concurso tem condições um pouco diferentes; o preço base é mais baixo, o horário de trabalho é mais flexível e mais curto, ecrãs não vão ser permitidos naquele espaço. A Comissão de Acompanhamento, é para depois de deliberado pelo Júri, qual a empresa selecionada. Admitiu que possa ter havido da parte de quem ganhou a Concessão, alguma dificuldade de adaptação às normas, motivo pelo qual foi flexibilizado. Terá havido por parte de quem ganhou a concessão, um acompanhamento mais criterioso e mais profissional para que a exploração do Café Calcinha, pudesse ter corrido melhor. Por isso foram alteradas as condições do Caderno de Encargos e baixou-se a fasquia. Aquele espaço é de grande valor e de grande qualidade da sociedade de Loulé. ------

O **Presidente da Câmara**, disse que aquele espaço devido às suas características, pode ser um polo de animação cultural da cidade de Loulé. Referiu que existindo uma boa relação concessionário e concedente, de diálogo e proximidade, tudo se resolve. Referiu que o preco base da concessão, mantém-se. Quem conseguir apresentar uma

boa proposta, tem ali uma boa oportunidade de negócio, valorizando a dinâmica social e cultural da cidade de Loulé.

O Deputado João Carlos Santos (PSD), disse que relativamente a esta concessão,





património valiosíssimo da cidade de Loulé, poderá vir a ser um polo de agregação de cultura, mas o contrato de concessão enquanto café, deve dar condições às pessoas, para que possam garantir esse serviço. O Caderno de Encargos é grande, a Câmara é o "grande legislador nesta matéria", porque realmente qual vai ser o privado, que se vai aventurar numa situação destas com tantas obrigatoriedades, ao ponto de não se poder colocar uma televisão no interior do café. -----Solicitando a palavra o Deputado António Farrajota (CDS), disse que 80% das empresas que abrem a porta em determinado ano e ao fim desse mesmo ano fecham portas, sendo um dos motivos, a falta de planeamento. O marketing, é descobrir o que as pessoas querem, produzir e vendê-la com lucro, são 3 plataformas muito complexas. Neste caso do Café Calcinha, está-se a impor a um futuro investidor, condições com as quais ele pode não estar de acordo, e se for uma pessoa experiente em negócios, nunca iria aceitar estas condições. A Câmara impor condições, mata o negócio à partida. O que lá se deveria vender, era um livro em várias línguas dos poemas de António Aleixo, pastel de nata, o folhado de Loulé, porque faz parte da cultura da nossa cidade. Defender a história do Café Calcinha, ela terá que estar relacionada com a cultura que ali foi falada, as pequenas intrigas, as conversas do tempo da ditadura, quem as fazia, etc. É errado estar a impor dessa forma as condições que estão a ser exigidas a qualquer promotor que queira explorar o Café Calcinha. ------O Deputado Abel Matinhos (PS), na sua intervenção, disse que o Café Calcinha, é um espaço que guarda a alma de todos os Louletanos, um espaço com história e as atividades culturais deverão ser articuladas com a Câmara Municipal e também dar liberdade para os concessionários poderem dinamizar o espaço consoante a ambição Questionou a Câmara Municipal, sobre as condições é que os promotores terão liberdade para organizar as suas próprias iniciativas e o espaço, por forma a obter o seu lucro e agradar os seus clientes. ------Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto), que questionou se com estas regras instituídas de início, com preços baixos, num edifício que é da Câmara e pode arranjar aqui uma oportunidade, de uma procura de mercado que se perdeu na sociedade, e quem vai ao concurso, sabe ao que é que vai. Os jovens querem internet, não procuram leitura. Hoje procura-se aquilo que é diferente, há que optar por situações que vão de encontro àquilo que se faz na sociedade hoje, e dar aqui a oportunidade, de voltarmos atrás e ver que se faziam muitas coisas boas no passado. -----

A Deputada Ana Poeta (PAN), questionou o porquê de uma das exigências, ser o de

17





não se colocar um ecrã? Se à partida vai ter a rede WiFi disponível para toda a gente. Disse que há uma série de documentários que passam em ecrã, que são culturais. E que á posteriori podem motivar as pessoas a ler o livro.
Para uma intervenção, a Deputada Carla Gomes (CDU), disse terem todos um carinho especial pelo Café Calcinha, fez parte da infância e adolescência dos louletanos, que ao longo dos anos transformou-se e não para melhor. Houve uma concessão, que não correu bem e que terá que ver com a própria essência do Calcinha, que vai desaparecendo com estas limitações impostas
Para responder às questões colocadas pelos Deputados, o Presidente da Câmara , que disse parecer haver falta de informação, está-se a falar de um café, onde as pessoas se encontram, conversam, onde ninguém está proibido de trabalhar com o seu computador, e ninguém impedir que usem o computador
No Caderno de Encargos, não há imposição nenhuma, não há rigidez nenhuma, há um preço que é estabelecido, de cerca de 50% abaixo do preço de mercado. Há uma Comissão de Acompanhamento, se o concedente quiser alterações terá que pedir à Câmara um ajustamento da programação.
A Câmara Municipal o que quer é um espaço de qualidade à altura da cidade de Loulé, que as pessoas que venham visitar-nos tenham espaços de qualidade como vamos tendo. Aquele espaço tem tudo, para mostrar aos turistas, a nossa gastronomia, a nossa doçaria, a nossa cultura mediterrânica.
Ecrã de televisão, não porque o conceito naquele espaço é outro, faz parte de uma rede europeia de cafés com história. A memória é importante, assim como a cultura. Foi feita uma avaliação ao Café Calcinha, o proprietário, neste caso, face ao valor sentimental e patrimonial para os louletanos, a Lei permite que haja um aumento no valor inicial determinado pelo preço da avaliação. Aquele espaço é uma grande oportunidade de negócio, as propostas apresentadas têm de ter alguma qualidade
O Deputado Carlos Martins BE), disse ler sempre todos os documentos, leu bem e o que quer é que o futuro contrato do Café Calcinha, seja um sucesso! Para não acontecer o que aconteceu anteriormente. Interessa arranjar uma Proposta consistente, com um programa consistente e durável, pelo menos 3 anos!
O Deputado António Farrajota (CDS) , referiu que o Café Calcinha, merece um estudo muito mais aprofundado, do que aquele que é apresentado, para que resulte
O Deputado João Carlos Santos (PSD) , agradeceu a explanação histórica sobre o



Con Stay

que o café "resulte", reconhecendo o valor do património. Agora se quer um espaço atrativo, em que o promotor possa prosperar, que ofereça um serviço de qualidade às pessoas, ter de haver um "aliviar" dos pressupostos colocado no contrato. Trata-se de um edifício histórico, deveria ser dada maia liberdade ao concessionário, que terá que apresentar uma programação cultural, em que a Câmara pudesse ajudar nesse sentido. Poderiam Associações Culturais do concelho, que a Câmara apoia, possam no âmbito da programação do Café Calcinha, possam fazer essas atividades culturais, apoiando a dinamização do mesmo.
Respondeu o Presidente da Câmara , que a autarquia colaborará com o eventual promotor do espaço.
Para uma intervenção, a Deputada Sandra Castro (CHEGA) , colocou a questão ao Presidente da Câmara: se ouviu o último concessionário, que esteve no Café Calcinha, para tentar perceber o que é que falhou, porque é que não teve sucesso? -
Ao que o Presidente da Câmara , respondeu que soube das várias dificuldades que o anterior promotor teve, sendo que estes novos requisitos vêm devidamente estruturados com uma respostas a essas dificuldades para que de futuro não voltem a acontecer
Pediu para intervir o Deputado Victor Coelho (PSD), sobre a proposta do Café Calcinha, disse que daquilo que verifica, do que é proposto, o município tem de decidir, se quer ser um órgão em permanência no local ou se deixa a iniciativa privada fazer o que entender, salvaguardando as medidas necessárias para fazer. Mediante aquilo que são os processos aqui acautelados, deveria existir aqui um determinado momento, em que a Câmara Municipal deveria de assumir o local, conseguindo assim promover essa situação, porque na realidade, é muito difícil e como tal, deveria ser necessário ver primeiro, para acreditar que o negócio é aceitável e positivo para todas as partes
O negócio para ser bom, tem que ser bom para o local em si, um local com história para o município e para a cidade de Loulé, mas um local que para quem quer que seja, que o vá explorar, também tenha a sua contrapartida
Se a Câmara Municipal tem uma ideia, que é de implementar uma série de condicionantes, que fazem jus àquilo que é o espaço, efetivamente, ou tomam a liberdade de assumir a gestão do local, e fazer de acordo com aquilo que é a sua ideia e o seu projeto, ou então liberaliza um pouco o que são estas iniciativas privadas, de poder fazer o seu negócio. É muito difícil gerir um espaço com um conjunto de normas, necessárias e obrigatórias a realizar, e o Café Calcinha está localizado em Loulé, que das 14 h de Sábado até 2ª feira de manhã, nada se passa





O Presidente da Câmara, referiu que as condições que a CML coloca, são aceitáveis para um espaço totalmente equipado, sem precisar investir em nada, mas há que impor algumas regras para poder garantir a qualidade do espaço. Uma das razões que levou a CML a adquirir aquele espaço, foi para que ele voltasse a cumprir a sua função original, espaço de sociabilidade e de memória. As condições estão criadas e se algum aspeto tem de ser ajustado, será, porque existe uma Comissão de Acompanhamento, para o efeito. Trata-se de uma oportunidade fantástica para a cidade de Loulé a nível cultural.
O Deputado Victor Coelho (PSD), disse que lhe apraz saber que por parte da CML existe alguma flexibilidade e que deveria vir escrito no Caderno de Encargos, porque o que acaba por vir depois, é que as pessoas que leem não se reveem naquilo que estão a ler. Aquilo que tem efetivamente de acontecer aqui, é que o local para ser apelativo à iniciativa privada, tem que ter esse potencial criado pela CML, mediante a ideia que mais uma vez reforçou que não é fácil encontrar um investidor que queira assumir o compromisso mediante o Caderno de Encargos que o mesmo tem
Passou-se à votação;
Foi aprovada por maioria, com 24 votos a favor (21 PS, 1 BE, 1CDU e 1 PAN) e 11 abstenções (8 PSD, 2 CHEGA e 1 CDS)
Passou-se ao ponto seguinte;
Sugeriu o Presidente da Assembleia , que estas 2 alíneas devam ser apresentadas em conjunto e votadas em separado
b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 952-2022 [DA]- Deliberação relativa à Proposta de Submissão à Assembleia Municipal da Classificação da Reserva Natural Local da Foz do ALMARGEM e do TRAFAL, aprovada em reunião de Câmara de 7 de fevereiro de 2022. Adenda à Proposta n.º 327-2022 ("Aprovar a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local da Foz do ALMARGEM e do TRAFAL e o início do procedimento para a elaboração do seu Regulamento de Gestão");
c)- Proposta da Câmara Municipal n.º 714-2022 [DA]- Deliberação relativa à Aprovação do Regulamento da Reserva Natural Local da Foz do ALMARGEM e do TRAFAL – Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local (RNL) – Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal;



Alleger .

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Para fazer a apresentação das duas Propostas em conjunto, foi cedido o uso da palavra ao Vereador Carlos Carmo, que disse que todo este trabalho de caracterização e do processo de classificação que está em tramitação, foi totalmente desenvolvido pelos técnicos do município. -----Começou por fazer o Enquadramento da Reserva Natural, que é "uma área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa" "A classificação de uma reserva natural, visa a proteção dos valores naturais existentes assegurando que as gerações futuras terão a oportunidade de desfrutar e compreender o valor das zonas, que permaneceram pouco alteradas pela atividade humana durante um prolongado período de tempo. e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação", vertido no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Biodiversidade. ------A Localização situa-se na freguesia de Quarteira tendo uma área de extensão de 135,42 há, na zona sudeste da faixa litoral. Na área da classificação do solo e na área definida como Reserva Natural Local, existem várias tipologias de ocupação do solo; áreas florestadas - 38,99 ha, pastagens naturais - 32,64 ha massas de águas superficiais - 32,16 ha, agricultura - 17,93 ha, matos - 6,27 ha, espaços descobertos com pouca vegetação 5,68 ha e território artificializado-----No âmbito das Medidas Preventivas, referiu Ações Interditas nas áreas A e D, nomeadamente Operações de loteamento e obras de urbanização, de construção, de ampliação, de alteração e de reconstrução; trabalhos de remodelação de terrenos e derrube de árvores em macico ou destruição do solo vivo e do coberto vegetal. ----Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura-Vila Real de Santo António, com as regras existentes nesse território. ------Foi referida a densidade populacional das freguesias que compõem o concelho de Loulé, sendo a freguesia de Quarteira que tem a maior densidade populacional, com 24.421 habitantes numa área de 3.815,69 há e com cerca de 640,02 habitantes/km2. Quarteira é a freguesia com a maior área urbana, com 1.640 ha e pelas questões da biodiversidade que existe naquela área, que é imperativo preservar e criar territórios de descompressão, numa freguesia com uma grande pressão imobiliária. ------Ao nível das linhas de água, a zona é atravessada por 2 ribeiras; Ribeira da Fonte Santa/ Ribeira do Almargem e Ribeira do Carcavai, sendo a dimensão e duração da área alagável dependente da pluviosidade anual. ------Zonas Húmidas – dos mais ricos e produtivos ecossistemas da biosfera, fornecendo uma variedade de serviços ecos sistémicos. -----Em relação aos Objetivos, são património cultural, educação ambiental, ecossistemas, recursos naturais, serviços ecossistémico, sustentabilidade, ciência, alterações climáticas, biodiversidade literacia ambiental e desenvolvimento, conservando, promovendo, divulgando, valorizando, monitorizando, conhecendo recuperando e adaptando os mesmos. -----





Sobre a riqueza natural que compõe esta área, ao nível da Fauna e da Flora
11 anfíbios e 9 mamíferos
Sobre os <u>Riscos e Ameaças</u> constantes desta Reserva, são, nomeadamente; galgamento, inundação, erosão, instabilidade de vertentes, intrusão salina e atividade sísmica. As Ameaças, são, falta de proteção legal (processo de classificação em curso), pressão imobiliária, perturbação humana, presença de espécies exóticas invasoras, gestão dos níveis de água, degradação do cordão dunar, degradação da falésia, proliferação de trilhos desregrada
Nesta altura esgotou-se o tempo regimental da CML, sendo cedido mais 3 minutos pela Bancada do PS.
Continuando a Apresentação, foi feita referência aos Órgãos da RNL, nomeadamente a Comissão Diretiva / Conselho Consultivo e Conselho CientíficoIrá ter um conjunto de Atos e Atividades Interditas; colheita, captura apanha, abate, detenção, transporte ou comercialização de indivíduos de quaisquer espécies RELAPE (raras, endémicas, localizadas, ameaçadas ou em perigo de extinção);





areia e outros resíduos sólidos que causem impacto negativo ou efeitos negativos no ambiente, entre outros e também atividades condicionadas-----Sobre Medidas a Implementar para regular ações interditas e reguladas, referiu regulamentação do uso de viaturas motorizadas, regularização dos respetivos locais de estacionamento, implementação de uma equipa de Assistentes de conservação da natureza. Plano de mitigação e controle de espécies exóticas invasoras; ordenamento de trilhos e percursos, planeamento sobre gestão da água. -----A classificação de uma área protegida, visa conceder-lhe um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem. Esta área constitui um refúgio para muitas espécies de fauna e flora que urge preservar, num litoral muito urbanizado onde a pressão antrópica é cada vez maior. -----As zonas húmidas inerentes à foz do Almargem e do Carcavai são áreas prioritárias. Nas considerações finais, foi referido que se pretende que haja uma política de proximidade concertada entre a entidade gestora, visitantes, residentes e proprietários. Agentes ativos na Gestão da RNL por forma a proporcionar uma conciliação entre a dinamização do território e a conservação da natureza e biodiversidade. ------biodiversidade. ------

O Deputado Carlos Martins (BE), agradeceu a apresentação feita, e manifestou a sua concordância com esta proposta e relembrou que na qualidade de Representante do GM do BE, apresentou numa sessão da AM, ocorrida em 25/02/2011, Ata n.º 1/2011, uma Proposta de Recomendação com o objetivo de classificar a Foz do Almargem como área protegida de âmbito local, tendo sido aprovada por unanimidade, citando "(...dado os valores ambientais considerados na área da foz da Ribeira do Almargem e dadas as condições propicias à sua classificação, o novo Plano Diretor Municipal de Loulé, em revisão, deverá conter uma menção explícita ao interesse de proteção da foz da Ribeira do Almargem, no Quadro do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, atrás enunciada. Para esse efeito, deverá ser estimulada a participação da população, nesta discussão, para que em conjunto com a as entidades interessadas, encontre a melhor solução para a defesa e classificação desta pequena área húmida litoral da freguesia de Quarteira") ------Portanto, o processo de Revisão do PDM, evoluiu muito pouco, o executivo Municipal de então, do PSD e o que se seguiu em 2013, do PS, pouca importância deram à Recomendação, aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal. ------Passados 11 anos, o BE está satisfeito, por ter tido uma iniciativa e contribuído de alguma forma para a sua execução e agora aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal. ------

Foi dada a palavra à Deputada Ana Poeta (PAN), que congratulou a coragem da iniciativa, uma vez que a pressão imobiliária para aquela zona tem sido brutal e





agradecer a Apresentação feita pelo senhor Vereador
O Deputado João Carlos Santos (PSD) , agradeceu ao Executivo, pela explanação feita. Colocou a questão, sobre naquilo que circunscreve esta área, foz do Almargem, existem 2 moinhos de água, património cultural edificado, encontrando-se no meio desta área, o que tem pensado o Executivo em relação aos mesmos?
Foram cedidos 2 minutos pela Bancada do GM do PS ao Executivo.
Tomou a palavra o Vereador Carlos Carmo , que disse que sobre a questão da participação e discussão pública, pretende que seja proativa por parte do município. Está-se a tentar identificar o maior número de proprietários naquela área, serão todas reuniões com várias entidades sobre esta matéria
Pediu a palavra o Deputado Marco Ferreira (PS), disse querer realçar este momento, a grandiosidade da preocupação ambiental da Câmara de Loulé. Embora a preocupação venha de 2011, agora resultado de uma Estratégia no âmbito das alterações climáticas, bem desenvolvido ao longo dos últimos anos, conseguiu-se a robustez técnica, autárquica e política, para se poder iniciar esta candidatura a Reserva Natural Local, no interesse da natureza e das pessoas. Enalteceu 3 palavras, sustentabilidade, biodiversidade e desenvolvimento. Enalteceu o excelente trabalho dos técnicos da Câmara Municipal de Loulé
Passou-se à votação;
Foi aprovada por unanimidade.
Passou-se ao ponto seguinte;
c)- Proposta da Câmara Municipal n.º 714-2022 [DA]- Deliberação relativa à Aprovação do Regulamento da Reserva Natural Local da Foz do ALMARGEM e do TRAFAL – Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local (RNL) – Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal;
Para uma intervenção o Deputado Carlos Martins (BF) que disse em relação ao





Regulamento, o Conselho Consultivo, parece ter um número muito elevado de membros, que representam vários setores de atividade e entidades públicas e que
apenas reúne uma vez por ano, devendo na sua opinião reunir 2 vezes por ano, uma para aprovar o Plano de Atividades e outra para aprovar o Relatório de Gestão No Regulamento não figura as competências deste órgão
O Conselho Diretivo é composto pelo Presidente da Câmara e o Vereador do Ambiente, representados pela Junta de Freguesia, com função de gerir aquele espaço e qual o modo de gestão do mesmo, se terá Orçamento próprio ou não?
A Bancada do GM do PS, cedeu 5 minutos ao Executivo Municipal.
O Presidente da Assembleia, alertou para o adiantado da hora e para os pontos da Ordem de Trabalhos que ainda estão para discussão, informando que parte destes passarão para a sessão ordinária do mês de junho, a não ser que exista alguma matéria que o Executivo considere ser de extrema urgência.
Respondeu o Vereador Carlos Carmo, que sobre a gestão, não será diferente da gestão das paisagens protegidas, da Rocha da Pena e da Fonte da Benémola, todas elas têm um única Comissão Diretiva, composta pelo Presidente da Câmara, delegando no Vereador do Ambiente e nos Presidentes de Junta de Salir e da União de Freguesias. O financiamento da gestão, e das ações da reserva, será do erário municipal, mas poderão haver candidaturas a um conjunto de iniciativas
Passou-se à votação;
Foi aprovada por unanimidade
Passou-se ao ponto seguinte;
d)- Proposta da Câmara Municipal n.º 951-2022 [DELCT]- Deliberação relativa à Adesão do Município de Loulé à APTCVC – Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, no valor de 800,00€ (oitocentos euros) - Associação sem fins lucrativos composta por 19 Municípios Portugueses e outras entidades que englobam os principais centros cerâmicos do País;





Para a apresentação da Proposta, usou da palavra o Vereador David Pimente disse estar esta Adesão alinhada com o Projeto Municipal Loulé Criativo, que dá à oficina de barro, que apoia oleiros e ceramistas. Permite intercâmbios e gemina com outras cidades.	apoio ações
Passou-se à votação;	
Foi aprovada por unanimidade	
Passou-se ao ponto seguinte;	
e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 416-2022 [GAF]- Deliberação rela Aprovação da Alteração ao Auto de Transferência de Recursos do Municíp Loulé para a Freguesia de Quarteira, operada pelo n.º 2 do artigo 38.º da L 50/2018 de 16 de agosto;	io de
Foi feita a apresentação da Proposta pelo Vereador David Pimentel , que dissesta a primeira Alteração ao Auto de Transferência de Recursos do Município de para a Freguesia de Quarteira, no que respeita à cláusula 5ª, alínea g), referente número de artigo matricial de uma loja que estava com o número incorreto, 349 era o 3494 B.	Loulé a um 3 B e
Passou-se à votação;	
Foi aprovada por unanimidade.	
Passou-se ao ponto seguinte;	
f) - Nomeação de 4 cidadãos para integrarem a Comissão Alargada da Com de Proteção de Crianças e Jovens de Loulé (CPCJ);	
O Presidente da Assembleia, fez a apresentação dos 4 nomes propostos integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jove Loulé (CPCJ); e em troca de impressões em sede de Comissão Permanente, propostos os seguintes cidadãos; Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, pel Elisabete Marta Rodrigues Fortunato, pelo PS, Carina da Costa Nobre Amélio BE, Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, pelo CHEGA, Maria Isabel Ca Casaca, pelo PAN	ens de foram to PS, pelo arreira



que os mesmos contêm informação do foro pessoal, motivo pelo qual não foram distribuídos pelos Deputados Municipais
Passou-se à votação;
Foram nomeados com 32 votos, Carina da Costa Nobre Amélio, com 31 votos, Elisabete Marta Rodrigues Fortunato e Maria Isabel Carreira Casaca, com 25 votos, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira e com 10 votos, Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro.
O Presidente da Assembleia , deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
O 2º SECRETÁRIO (Temando Bénina Morgnes
O 2º SECRETÁRIO Temando Berina Morgues



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LOULÉ (SÃO CLEMENTE)

MOÇÃO

PELO NOVO HOSPITAL DO ALGARVE

É por todos aceite que a construção do novo Hospital do Algarve, assume tal importância que transcende a mera esfera partidária e representa os anseios e necessidades de toda esta região do Algarve.

Reconhecemos, ainda, a deficiência dos cuidados de saúde na região por falta de infraestruturas e equipamentos, não deixando de reconhecer os esforços dos meios humanos à disposição na região.

Assim, e porque a atual Sra. Ministra da Saúde veio em janeiro de 2020 ao Algarve afirmar da disponibilidade do Governo para planear e executar o novo Hospital do Algarve, juntam-se todos os deputados eleitos para esta Assembleia de Freguesia, de todos os partidos representados, nomeadamente o Partido Chega, o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, numa única vontade de solicitar à Sra. Ministra da Saúde e ao Governo que representa, que seja finalmente considerado como realidade o novo Hospital do Algarve e que de forma clara e inequívoca afirmem a sua construção, reconhecendo a importância e o contributo da Região para o todo nacional.

Esta comunicação será endereçada a todos os representantes da Região com assento na Assembleia da Républica, instituições regionais e autarquias do concelho, assim como ao Governo e ao gabinete da Sra. Ministra da Saúde.

Aos 21 dias de abril de 2022

Miliominga

August

Augu



Assembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 47

MOÇÃO

CRIAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA MUNICIPAL PARA A PROTEÇÃO DE ABELHAS E INSETOS POLINIZADORES

"Se as abelhas desaparecerem da face da Terra, a humanidade terá apenas mais quatro anos de existência. Sem abelhas não há polinização, não há reprodução da flora, sem flora não há animais, sem animais não haverá raça humana."

(Albert Einstein)

Considerando que:

- 1.- Nos últimos anos, cientistas por todo o mundo têm chamado a atenção para a rapidez no declínio do número de insetos, conhecido empiricamente como "efeito pára-brisas" (é hoje notório que, após uma viagem, há menos insetos no pára-brisas, do que há poucas décadas atrás); ¹
- 2 A velocidade de extinção dos insetos é oito vezes mais rápida do que no caso dos mamíferos, aves e répteis;
- 3 Um estudo publicado na revista "Biological Conservation", aponta como principais fatores para esta redução significativa de insetos a agricultura intensiva, o uso de pesticidas, a urbanização e as alterações climáticas; ²
- 4 Tendo os insetos um papel crucial na preservação dos ecossistemas, quer como fonte de alimentos para aves, anfíbios, répteis, etc., quer como polinizadores de plantas, a sua extinção massiva é considerada um "colapso catastrófico dos ecossistemas naturais";
- 5 De todos os animais à face da Terra, as abelhas são consideradas a "espécie mais valiosa do planeta" pelo Earthwatch Institute, pois são fundamentais à sobrevivência de todas as espécies: humana, animal e vegetal, já que estima-se que 80% das culturas vegetais do mundo são polinizadas por abelhas;
- 6 Em 2016, as abelhas foram colocadas na lista de animais em vias de extinção pelo *US Fish and Wildlife Service* (FWS), nos Estados Unidos da América;

https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41681707

²https://www.insect-respect.org/fileadmin/images/insect-respect.org/Rueckgang der Insekten/2019 Sanchez-Bayo Wyckhuys Worldwide decline of the entomofauna A review of its drivers.pdf



- 7 Uma possível extinção de abelhas teria repercussões extremamente negativas para outras espécies e ecossistemas, que dependem delas como fonte de provisionamento de alimentos, como meio de reprodução e aumento de resistência a possíveis ameaças e pragas;
- 8 Entre as principais causas de extinção de colónias de abelhas, além das indicadas no ponto 3, constam a poluição atmosférica, perdas de habitat causadas pelo desmatamento e fogos, predadores (ex.: vespa asiática), culturas geneticamente modificadas e consequente défice nutricional;
- 9 Vários projetos têm sido implementados um pouco por todo o mundo para combater o que alguns cientistas já designam como *"apocalipse ecológico de insetos"*, como por exemplo:
 - Criação de corredores para abelhas e outros insetos: ligação de parques e zonas verdes através de corredores de flores silvestres, sendo o caso mais conhecido o corredor de Brent, em Londres, com 11 kms de extensão;
 - Reforço da plantação de espécies autóctones atrativas para os insetos polinizadores, como trevo, lavanda, sálvia, malva, etc.;
 - Ações de sensibilização para o corte de infestantes só após a total maturação.

As abelhas (e outros polinizadores) precisam de flores para viver, para visitar e para fazer o seu trabalho habitual na Natureza. Os municípios de São Brás de Alportel, Águeda, Lousada ou Matosinhos (por exemplo) já estão a diminuir a frequência do corte da vegetação de modo a permitir que a vegetação espontânea possa florir a alimentar polinizadores e outros insetos. De modo a promover a consciência coletiva, são afixados cartazes que explicam às populações que não se trata de desleixo mas de uma medida que promove a biodiversidade em torno de nós.

Existem no município de Loulé diversas explorações de apicultura que, pelas razões mencionadas, se encontram em risco sendo necessário proteger e salvaguardar.

Pelo exposto vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Loulé, delibere recomendar à Câmara Municipal de Loulé:

A criação de uma Estratégia Municipal para a Proteção de Abelhas e Outros Insetos Polinizadores que, entre várias medidas, conste:

- Criação de um corredor para abelhas no município;
- Plantação de flores de espécies autóctones que atraiam insetos, nos jardins e parques municipais;
- Ações de sensibilização à população para os danos nefastos dos pesticidas e dos herbicidas no ambiente, sobretudo para os insetos.

Pessoas – Animais – Natureza Assembleia Municipal de Loulé E-mail amloule@pan.com.pt



Diminuir, nas zonas urbanas, a frequência do corte da vegetação de modo a permitir que a vegetação espontânea possa florir a alimentar polinizadores e outros insetos, colocando cartazes informativos às populações que não se trata de desleixo mas de uma medida que promove a biodiversidade em torno de nós.

Loulé, 18 Maio 2022 PAN Loulé







Assembleia Municipal de Loulé

19/05/2022

2022

RECOMENDAÇÃO

Por uma transição para fogos de artifício silenciosos

Considerando que no Município de Loulé são vários os momentos marcados pelo rebentamento de fogos-de-artifício e apesar destes serem sinônimo de festa e de alegria, também representam alguns riscos:

- a) Os fogos de artifício tradicionais utilizam bombas que explodem com elementos químicos depois de arremessados no ar. São compostos basicamente por pólvora, mistura de enxofre, carvão e salitre e podem atingir, no momento de explosão mais de 120 decibéis (db), o mesmo que um martelo pneumático. Alternativamente, os fogos de baixa emissão de som queimam de forma mais gradual, com uma explosão significativamente inferior, permitindo a observação de um degradé de cores no céu e um espectro de cores maior;
- O uso de fogos de artifício é uma prática tradicionalmente usada nas celebrações, não obstante é hoje conhecido o impacto negativo que o ruído estrondoso tem nas crianças pequenas, pessoas com autismo, pessoas idosas, pessoas com determinadas enfermidades e em animais domésticos e silvestres;
- c) Em geral, bebés com menos de 6 meses de idade tendem a reagir mal a barulhos e sons repentinos e altos, como aqueles provocados pelos fogos de artifício. Também as crianças autistas são mais sensíveis aos sons intensos, podendo por isso vivenciar reações como medo, susto, desespero e angústia perante o ruído destas celebrações;
- d) Em relação aos animais, nomeadamente o cão, a sua audição é muito mais apurada que a do ser humano (a audição do cão é capaz de captar sons na frequência entre 10 e 40 mil Hertz, enquanto no ser humano apenas são captados os sons entre as frequências 10 a 20 mil Hertz), fazendo com que o som dos estrondos seja percecionado de uma forma muito mais intensa. O barulho, associado ao medo, desencadeia respostas fisiológicas de stress, por meio de ativação do sistema neuroendócrino, que resultam numa resposta de luta ou fuga, observada através do aumento da frequência cardíaca, vasoconstrição periférica, dilatação





da pupila, piloereção e alterações no metabolismo da glicose (dados de um estudo elaborado pela Society for the Prevention of Cruelty to Animals – SPCA Scotland);

- e) Todos os anos, sobretudo depois das celebrações da passagem de ano, existem relatos do desaparecimento de vários animais de estimação após o lançamento do fogo de artifício. Muitos animais, sobretudo cães, fogem apavorados e acabam perdidos ou atropelados. Outros, na ânsia da fuga, terminam enforcados nas correntes que os prendem. Alguns têm convulsões, ataques epiléticos, tremores, surdez ou ataques cardíacos;
- f) Os danos causados pelo barulho das explosões atingem animais domésticos mas também animais silvestres, sobretudo os pássaros. Com as explosões repentinas, os bandos de pássaros que estão a dormir, têm uma reação instintiva de fuga que, combinada com a falta de visibilidade noturna, causa a morte de muitas aves decorrente do choque com as estruturas urbanas durante o voo;
- g) No Reino Unido, foi lançada uma petição que conta com mais de 500 mil assinaturas, na sequência da morte de Molly, uma cadela de apenas 18 meses que, segundo a sua tutora, terá morrido com um ataque cardíaco após os fortes estrondos do rebentamento dos fogos de artifício, motivando à discussão deste documento no Parlamento;
- h) Existem fogos de artifício sem estrondos e sem barulho e têm vindo a ser experimentados em um número crescente de cidades do mundo: no Brasil as cidade de Campos do Jordão e Poços de Caldas aprovaram recentemente leis que proíbem a utilização de fogos de artifício tradicionais, na Europa em Collecchio, um cidade na província de Parma, Itália, que para comemorar o seu "Settembre Collecchiese escolheu os fogos de artifício sem barulho; Em Portugal, temos os exemplos de Olhão, que, em Dezembro, aprovou por unanimidade a recomendação de transitar para fogos de artifício silenciosos
- i) Face ao exposto, é urgente que se repense a utilização de fogos de artifício ruidosos, respeitando o bem-estar de todos: bebés, crianças mais sensíveis, grávidas, idosos, doentes, animais e ambiente. É nesse sentido que um número crescente de cidades passaram a utilizar nas suas celebrações, fogos de artifício silenciosos combinando este espetáculo com música





de fundo e projeções audiovisuais, preservando o espetáculo de cor e eliminando o tão prejudicial ruído;

j) Existindo assim alternativas que satisfazem o espírito festivo, como os fogos de artifício sem ruído ou os espetáculos de video mapping e laser, impõe-se repensar a continuação da utilização de fogos de artifício tradicionais nas celebrações do município.

Assim e face ao exposto, a representação municipal do PAN propõe, que a Assembleia Municipal de Loulé, delibere recomendar à Câmara Municipal do Loulé:

- O desenvolvimento de uma campanha de sensibilização/informação sobre os impactos negativos da utilização de artefactos pirotécnicos nas festas e celebrações do município, nomeadamente no ambiente, nas pessoas mais vulneráveis e nos animais;
- A preferencial utilização de formas mais ecológicas de celebração e sem poluição sonora e ambiental, como o video mapping e o laser;
- A eliminação do uso de segmentos de fogos de artifício mais ruidosos que são normalmente utilizados no início e no final das celebrações, visando a redução do limite máximo de decibéis utilizados;
- 4. O estabelecimento de locais de lançamento de fogo de artifício que acautele o bemestar de pessoas e animais, longe de parques, abrigos e canis para animais, bem como de hospitais ou outras instituições onde se encontrem pessoas mais suscetíveis de sofrerem com o ruído.

Loulé, 18 de Maio de 2022

Pessoas - Animais - Natureza

19/05/2022

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pela conquista do campeonato nacional da II Divisão e regresso à I Divisão Nacional

Considerando que:

- O Rugby Clube de Loulé (RCL) disputou no passado dia 14/05/2022, no Estádio do Jamor, a final do campeonato nacional da II Divisão, vencendo o Belas Rugby Clube por 12-5;
- O RCL, que celebra este ano o seu 40° aniversário, tem um palmarés de resultados que devem ser motivo de orgulho e um exemplo para todos os amantes da modalidade;
- O clube continua a ser uma referência no desporto algarvio e tem sido o grande promotor do râguebi no Sul do país, para além de ser um embaixador do nosso município, participando em inúmeros jogos e atividades desportivas relacionadas com o râguebi, transportando com ele as nossas cores, e a nossa ambição coletiva para sermos os melhores em tudo o que fazemos;
- Nesta estrutura de campeonato, esta é a terceira vez na sua história que o clube consegue atingir este escalão, um facto que deve ser assinalado e relembrado;
- Este feito tem ainda mais relevo, se considerarmos os montantes concedidos a título de apoio da parte do executivo da Câmara Municipal de Loulé, quando comparados com os atribuídos a outras modalidades desportivas, o que deveria ser alvo de profunda reflexão;

O grupo do PSD na Assembleia Municipal de Loulé vem assim propor:

- Que a Assembleia Municipal de Loulé apresente ao Rugby Clube de Loulé um voto de congratulação, dirigido à sua direção e todos os atletas, pela subida de escalão e pela vitória no campeonato nacional da II Divisão;
- Que a Assembleia Municipal de Loulé recomende à Câmara Municipal de Loulé, na pessoa do seu Presidente Vítor Aleixo, que proceda a uma urgente revisão do Contrato Programa com o clube para o ano de 2022, no sentido de adequar o seu valor às novas exigências e necessidades decorrentes da preparação da próxima época desportiva, que arranca já nos próximos meses, no sentido de propiciar ao Rugby Clube de Loulé as melhores condições para a obtenção de resultados desportivos que lhe permita manter-se nesse escalão, ou até mesmo, aspirar à subida à Divisão de Honra, escalão máximo da modalidade.

Loulé, 19 de maio de 2022 O Grupo Parlamentar do PSD Loulé